

JAVIER CERCAS

# O IMPOSTOR

*tradução*

HELENA PITTA

ASSÍRIO & ALVIM

Eu não queria escrever este livro. Não sabia exatamente por que não queria escrevê-lo, ou sabia mas não queria reconhecê-lo ou não me atrevia a reconhecê-lo; ou não totalmente. O facto é que, ao longo de mais de sete anos, resisti a escrever este livro. Durante esse tempo escrevi outros dois, embora não me esquecesse deste; pelo contrário: à minha maneira, enquanto escrevia esses dois livros, também escrevia este. Ou talvez fosse este livro que, à sua maneira, me escrevia a mim.

Os primeiros parágrafos de um livro são sempre os últimos que escrevo. Este livro está terminado. Este parágrafo é o último que escrevo. E, como é o último, já sei por que não queria escrever este livro. Não queria escrevê-lo porque tinha medo. Era isso que sabia desde o início mas não queria reconhecê-lo ou não me atrevia a reconhecê-lo; ou não totalmente. O que só agora sei é que o meu medo era justificado.

Conheci Enric Marco em junho de 2009, quatro anos depois de se transformar no grande impostor e no grande maldito. Muitos se recordarão ainda da sua história. Marco era um octogenário barcelonês que, ao longo de quase três décadas, se fez passar por deportado na Alemanha de Hitler e sobrevivente dos campos nazis; que presidiu durante três anos a grande associação espanhola dos sobreviventes, a

Amical de Mauthausen; que deu centenas de conferências e concedeu dezenas de entrevistas; que recebeu importantes distinções oficiais e falou no Parlamento espanhol em nome de todos os seus hipotéticos companheiros de desdita; até que, no início de 2005, se descobriu que não era um deportado e que nunca tinha sido prisioneiro de um campo nazi. A descoberta foi feita por um historiador obscuro chamado Benito Bermejo mesmo antes da celebração, no antigo campo de Mauthausen, do 60.º aniversário da libertação dos campos nazis, uma cerimónia a que assistia pela primeira vez um presidente do governo espanhol e na qual Marco teria um papel importante, ao qual se viu obrigado a renunciar à última hora pela revelação da sua impostura.

Quando conheci Marco tinha acabado de publicar o meu décimo livro, *Anatomia de um instante*, embora não estivesse num bom momento. Nem eu próprio percebia porquê. A minha família parecia feliz, o livro era um sucesso; é verdade que o meu pai morrera, mas morrera há quase um ano, tempo suficiente para ter digerido a sua morte. O facto é que, não sei como, um dia cheguei à conclusão de que a culpa da minha tristeza a tinha o meu livro acabado de publicar: não porque me tivesse deixado física e mentalmente exausto (ou não só); também (ou sobretudo) porque era um livro singular, um estranho romance sem ficção, um relato rigorosamente real, desprovido do mais pequeno consolo da invenção ou fantasia. Pensava que era isso que me tinha matado. Como um lema, repetia para mim próprio a toda a hora: «A realidade mata, a ficção salva.» Enquanto isso, combatia com dificuldade a angústia e os ataques de pânico, adormecia a chorar, acordava a chorar, e passava o dia a esconder-me das pessoas para poder chorar.

Decidi que a solução era escrever outro livro. Embora não me faltassem ideias, o problema era a maior parte delas serem ideias para

relatos sem ficção. Mas também tinha ideias para ficções; sobretudo três: a primeira era um romance sobre um catedrático de metafísica da Universidade Pontificia Comillas que se apaixonava como um adolescente por uma atriz porno e acabava por viajar até Budapeste para a conhecer pessoalmente, lhe declarar o seu amor e lhe propor casamento; a segunda intitulava-se *Tanga* e era a entrega fundadora de uma série de romances policiais protagonizados por um detetive chamado Juan Luis Manguerazo; a terceira referia-se ao meu pai e começava com uma cena em que eu o ressuscitava e devorávamos uns ovos fritos com chouriço e umas pernas de rã no El Figón, um restaurante da Cáceres da sua juventude, onde mais de uma vez tínhamos comido mano a mano.

Tentei escrever essas três ficções; com as três fracassei. Um dia a minha mulher fez-me um ultimato: ou eu marcava uma consulta com um psicanalista ou ela pedia o divórcio. Sem perder tempo, fui consultar o psicanalista que ela própria me recomendou. Era um homem calvo, distante e sinuoso, com uma pronúncia inidentificável (às vezes parecia chileno ou mexicano, às vezes catalão, ou, quem sabe, russo), que nos primeiros dias não parou de ralhar-me por ter aparecido no seu consultório *in articulo mortis*. Passei a vida a troçar dos psicanalistas e das suas fantasmagorias pseudocientíficas, mas mentiria se dissesse que aquelas sessões não serviram para nada: proporcionaram-me, pelo menos, um sítio onde chorar baba e ranho; também mentiria se não confessasse que estive mais de uma vez quase a levantar-me do divã e a esmurrar o psicanalista. Quanto ao mais, este tentou levar-me rapidamente a duas conclusões. A primeira era que a culpa de todas as minhas desditas não a tinha o meu romance sem ficção ou relato real, mas a minha mãe, o que explica que eu saísse frequentemente da consulta com vontade de estrangulá-la assim que a visse; a segunda con-

clusão era que a minha vida era uma farsa e eu um farsante, que tinha escolhido a literatura para viver uma existência livre, feliz e autêntica e vivia uma existência falsa, escrava e infeliz, que eu era um tipo que me armava em romancista, fazia batota e enganava o pessoal, mas que na realidade não passava de um impostor.

Esta última conclusão acabou por me parecer mais verosímil (e menos trivial) que a primeira. Foi ela que fez com que me lembrasse de Marco; de Marco e de uma conversa antiga sobre Marco em que me tinham chamado impostor.

Aqui tenho de retroceder alguns anos, justamente até ao momento em que explodiu o caso Marco. Este caso desencadeou um escândalo cujo eco chegou ao último confim do planeta, mas na Catalunha, onde Marco tinha nascido e vivido quase sempre e onde era uma pessoa bastante popular, a descoberta da sua impostura provocou sentimentos mais fortes do que em qualquer outro lugar. Assim é lógico que, mesmo sendo só por isso, a mim também me interessasse. Mas não foi só por isso; além do mais, o verbo «interessar» é insuficiente: mais que me interessar pelo caso Marco, o que aconteceu foi que concebi imediatamente a ideia de escrever acerca dele, como se sentisse que em Marco havia qualquer coisa que me dizia profundamente respeito. Isso inquietava-me; também me provocava uma espécie de vertigem, uma apreensão pouco concreta. A verdade é que durante o tempo em que o escândalo se manteve nos meios de informação, devorei tudo o que se escreveu sobre Marco e, quando soube que algumas pessoas que me são próximas conheciam, tinham conhecido Marco ou tinham prestado atenção à personagem, convidei-as para almoçar em minha casa e falarmos dele.

O almoço teve lugar em meados de maio de 2005, pouco depois da explosão do caso. Nessa altura dava aulas na Universidade de Gi-

rona e vivia num bairro dos arredores da cidade, numa casinha geminada com jardim. Que me lembre, à reunião assistiram, além do meu filho, da minha mulher e da minha irmã Blanca, dois dos meus colegas da Faculdade de Letras: Anna Maria Garcia e Xavier Pla. A minha irmã Blanca era a única que conhecia bem Marco porque anos antes tinha estado com ele na direção da FAPAC, uma associação de pais de que ambos tinham sido vice-presidentes durante muito tempo: ela, da região de Girona; Marco, da região de Barcelona. Para surpresa de todos, durante o almoço Blanca descreveu um velhinho encantador, hiperativo, sedutor e divertido, que adorava aparecer nas fotografias e, sem qualquer preocupação em esconder a simpatia que, a dada altura, lhe tinha inspirado o grande impostor e o grande maldito, falou dos projetos, das reuniões, das histórias e das viagens que partilhara com ele. Anna Maria e Xavier não conheciam Marco pessoalmente (ou só o conheciam superficialmente), mas ambos tinham estudado o Holocausto e a Deportação e pareciam tão apaixonados pelo caso como eu: Xavier, um jovem professor de literatura catalã, emprestou-me vários textos relacionados com Marco, entre eles os dois relatos biográficos mais completos publicados acerca dele; Anna Maria, por outro lado, uma historiadora veterana que não perdera o elevado princípio da responsabilidade cívica em que foram educados os intelectuais da sua geração, tinha amigos e conhecidos na Amical de Mauthausen, a associação de deportados que Marco presidiu, e assistira em Mauthausen, uns dias antes de o caso rebentar, às comemorações do 60.º aniversário da libertação dos campos nazis, onde ouvira em primeira mão a notícia da fraude de Marco, tendo jantado, além disso, com Benito Bermejo, o historiador que o desmascarara. Segundo me lembro, naquela tarde, e enquanto falávamos de Marco no jardim da minha casa, Xavier e eu estávamos

sobretudo perplexos; Blanca estava entre perplexa e divertida (embora de vez em quando tentasse esconder a diversão, talvez para não nos escandalizar); Anna Maria estava só indignada. Repetia vezes sem conta que Marco era um desavergonhado, um mentiroso compulsivo e sem escrúpulos que troçara de toda a gente mas, sobretudo, das vítimas do crime mais pavoroso da história. A dada altura, como se de repente se tivesse dado conta de uma evidência dramática, Anna Maria disse-me, trespassando-me com o olhar:

— Ouve, diz-me uma coisa: por que organizaste este almoço? Por que te interessas por Marco? Não estás a pensar escrever acerca dele?

Aquelas três interrogações bruscas apanharam-me desprevenido e não soube o que responder; foi a própria Anna Maria quem me resgatou do silêncio.

— Olha, Javier — advertiu-me, muito séria —, o melhor a fazer a respeito de Marco é esquecê-lo. É o pior castigo para esse monstro de vaidade. — A seguir sorriu e acrescentou: — De modo que paremos de falar dele e mudemos de assunto.

Não me lembro se mudámos de assunto (acho que sim, embora por pouco tempo, porque depois Marco voltou a impor-se), mas lembro-me de que não me atrevi a reconhecer em público que a intuição de Anna Maria estava certa e de que pensava realmente escrever sobre Marco; nem sequer me atrevi a explicar à historiadora que, se acabasse por escrever acerca dele, não o faria para falar dele mas para tentar compreendê-lo, para tentar compreender por que fizera o que fizera. Uns dias mais tarde (ou talvez no próprio dia), li no jornal *El País* uma coisa que me recordou o conselho ou a advertência de Anna Maria. Era uma carta ao diretor, assinada por uma tal Teresa Sala, filha de um deportado em Mauthausen e membro, ela própria, da Amical de Mauthausen. Não era a carta de uma mulher indig-

nada, mas de uma mulher acabrunhada e envergonhada; dizia: «Não creio que tenhamos de compreender as razões da impostura do senhor Marco»; dizia também: «Pararmos à procura de justificações para o seu comportamento é não compreender e menosprezar o legado dos deportados»; e também: «O senhor Marco terá de viver a partir de agora com a sua desonra.»

Era o que dizia Teresa Sala na sua carta. E era exatamente o oposto do que eu pensava. Pensava que a nossa primeira obrigação era compreender. Compreender não significa, evidentemente, desculpar, ou, como dizia Teresa Sala, justificar; ou melhor, significa o contrário. O pensamento e a arte, pensava eu, tentam explorar o que somos, revelando a nossa infinita, ambígua e contraditória variedade, cartografando assim a nossa natureza: Shakespeare ou Dostoiévski, pensava eu, iluminam os labirintos morais até aos seus últimos recantos, demonstram que o amor é capaz de levar ao assassinato e ao suicídio e conseguem que sintamos compaixão por psicopatas e malvados; é o seu dever, pensava eu, porque o dever da arte (ou do pensamento) consiste em revelar-nos a complexidade da existência a fim de nos tornarmos mais complexos, em analisar como funciona o mal para podermos evitá-lo, e mesmo o bem, talvez para que possamos aprendê-lo. Tudo isso pensava eu, mas a carta de Teresa Sala revelava uma mágoa que me comoveu; também me recordou que, no livro *Se isto é um homem*, Primo Levi escrevera referindo-se a Auschwitz ou à sua experiência de Auschwitz: «Talvez o que aconteceu não deva ser compreendido, na medida em que compreender é quase justificar.» Compreender será justificar?, interrogara-me anos antes quando lera a frase de Levi, e voltei a interrogar-me agora, ao ler a carta de Teresa Sala. Não será antes a nossa obrigação? Não será indispensável tentar compreender toda a confusa diversidade do real, daquilo que é mais

nobre àquilo que é mais abjeto? Ou este imperativo não é válido para o Holocausto? Será que me enganava e que não se deve tentar compreender o mal extremo e muito menos alguém que, como Marco, engana recorrendo ao mal extremo?

Estas perguntas ainda me perturbavam uma semana depois, num jantar de amigos durante o qual, conforme recordaria passados anos quando o meu psicanalista me levou a concluir que eu era um impostor, me chamaram impostor. O jantar foi em casa de Mario Vargas Llosa, em Madrid. Ao contrário do almoço em minha casa, aquela reunião não fora organizada para falarmos de Marco, embora inevitavelmente acabássemos por falar dele. Digo inevitavelmente não só porque todos os que lá estávamos — quatro pessoas apenas, além de Vargas Llosa e da mulher, Patricia — tínhamos seguido o caso com maior ou menor atenção, mas também porque o nosso anfitrião acabara de publicar um artigo onde felicitava ironicamente o talento genial de impostor de Marco e lhe dava as boas-vindas ao grémio dos fabuladores. Como a ironia não é o forte dos fariseus (ou como o fariseu aproveita qualquer oportunidade para se escandalizar, exibindo a sua falsa virtude e atribuindo falsos pecados aos outros), alguns fariseus tinham reagido com irritação ao artigo de Vargas Llosa, como se este tivesse aplaudido no seu texto as mentiras do grande impostor, de modo que é provável que a conversa ao serão tivesse ido parar a Marco por via dessa polémica artificial. Seja como for, estivemos a falar de Marco durante algum tempo, das mentiras de Marco, do seu talento inacreditável para o embuste e para a representação, de Benito Bermejo e da Amical de Mauthausen; também me lembro de que falámos de um artigo de Claudio Magris, publicado pelo *Corriere della Sera* e intitulado «O mentiroso que diz a verdade», no qual se citavam e questionavam algumas observações de

Vargas Llosa sobre Marco. Naturalmente, aproveitei para contar o que tinha averiguado sobre o assunto, graças a Xavier, a Anna Maria e à minha irmã Blanca, e, a dada altura, Vargas Llosa interrompeu a minha exposição. — Mas, Javier! — exclamou, bruscamente agitado, descabelando-se e apontando para mim dois braços perentórios. — Não te dás conta? Marco é uma personagem tua! Tens de escrever acerca dele!

O comentário fofoso de Vargas Llosa lisonjeou-me mas, por algum motivo que na altura não compreendi, também me incomodou; para esconder a minha embaraçosa satisfação, continuei a falar e disse que Marco era fascinante, não só por ele próprio mas pelo que revelava dos outros.

— É como se todos tivéssemos alguma coisa de Marco — ouvi-me dizer, embalado. — Como se fôssemos todos um pouco impostores.

Calei-me e, talvez por ninguém saber como interpretar a minha afirmação, fez-se um silêncio estranho, demasiado longo. Foi nessa altura que aconteceu. Entre os comensais daquele jantar estava Ignacio Martínez de Pisón, meu amigo e escritor conhecido entre os seus conhecidos pela sua temível franqueza aragonesa, que interrompeu o feitiço com um comentário demolidor:

— Sim, sobretudo tu.

Todos se riram. Eu também, mas menos. Era a primeira vez na vida que me chamavam impostor, embora não fosse a primeira vez que me relacionavam com Marco. Poucos dias depois de o caso ter rebentado, li no jornal *El Punt* (ou num serviço de notícias por Internet criado pelo jornal *El Punt*) um artigo onde também o faziam. Intitulava-se «Mentiras», era assinado por Sílvia Barroso e nele a autora dizia que o caso Marco a surpreendera lendo o fim de um romance meu onde o narrador participa a sua decisão de «mentir em

tudo, só para contar melhor a verdade». Acrescentava que, nos meus livros, eu costumava explorar os limites entre a verdade e a mentira e que um dia me ouvira dizer que, às vezes, «para chegar à verdade, é preciso mentir». Será que Barroso me identificava com Marco? Insinuaria que eu era também um embusteiro, um impostor? Não, felizmente, porque a seguir acrescentava: «A diferença entre Cercas e Marco é que o romancista tem licença para mentir.» Mas, interroguei-me em silêncio nessa noite em casa de Vargas Llosa, e Pisón? Brincava para nos fazer rir e para que a conversa saísse de um atoleiro, ou a piada denunciava a sua incapacidade de esconder a verdade atrás desse filtro a que chamamos boa educação? E Vargas Llosa? O que teria querido dizer quando afirmou que Marco era uma personagem minha? Vargas Llosa também pensaria que eu era um impostor? Por que dissera que eu tinha de escrever sobre Marco? Por pensar que ninguém conseguiria escrever melhor acerca de um impostor do que outro impostor?

Depois de terminado o jantar, passei horas e horas às voltas na cama do meu hotel em Madrid. Pensava em Pisón e em Sílvia Barroso. Pensava em Anna Maria Garcia, em Teresa Sala e em Primo Levi e interrogava-me, uma vez que compreender era quase justificar, se alguém teria direito de tentar compreender Enric Marco, justificando assim a sua mentira e alimentando a sua vaidade. Disse para comigo que Marco já tinha contado mentiras suficientes e que, por isso, já não podia chegar-se à sua verdade através da ficção mas sim através da verdade, através de um romance sem ficção ou relato real, isento de invenção e de fantasia, e que tentar construir um relato desses com a história de Marco era uma tarefa condenada ao fracasso. Primeiro porque, como recordava ter lido no artigo de Vargas Llosa, «a verdadeira história de Marco provavelmente nunca será conhe-

cida» («nunca ficaremos a saber a verdade íntima de Enric Marco, a sua necessidade de inventar uma vida», tinha escrito também Claudio Magris); e segundo, pelo que dizia Fernando Arrabal num paradoxo de que também me lembrei: «História do mentiroso. O mentiroso não tem história. Ninguém se atreveria a contar a crónica da mentira nem a propô-la como uma história verdadeira. Como contá-la sem mentir?» De modo que era impossível contar a história de Marco; ou, pelo menos, era impossível contá-la sem mentir. Nesse caso, contá-la para quê? Para quê tentar escrever um livro que não se podia escrever? Por que dedicar-se a uma empresa impossível?

Nessa noite decidi não escrever este livro. E, ao decidi-lo, senti que me tiravam um peso de cima.